



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Secretaria de Biodiversidade e Florestas**  
**Departamento de Áreas Protegidas**  
**Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa**

**Ata da 4ª Reunião do Comitê do Programa Arpa 2015**

Brasília, 05 de novembro de 2015.

1. No dia 05 de novembro de 2015, foi realizada a 4ª reunião ordinária de 2015 do **Comitê do Programa Arpa** (CP). A reunião teve por objetivo apresentar e discutir os seguintes temas:

- Recomposição do Painel Científico de Aconselhamento – PCA;
- Análise de propostas de apoio a criação de UCs;
- Análise de proposta de orçamento para o biênio 2016/2017;
- Adoção do protocolo oficial do Programa para monitoramento da biodiversidade;
- Discussão sobre a renovação da composição do Comitê do Programa, segundo previsto pelo Decreto nº 8.505/2015.

2. Os presentes à reunião foram: Moara Giasson (Diretora do DAP), Thiago Gil, Renata Gatti (UCP Arpa), Ricardo de Souza Fava (ABEMA), Gino Machado de Oliveira (OEMA/TO), Juan Carlos Rueda (CNS), Mario Barbosa (WWF-Brasil), Marcelo Nunes (IACTI-RR), José Rubens Pereira Gomes (GTA), Ilana Oliveira, Manoel Serrão (Funbio), Lilian Hangae (ICMBio), Fabiano Silva (FVA), Raquel Acosta (CG/ARPA).

3. A lista de presença está anexa a esta ata (**Anexo 1**).

4. O Coordenador do Programa ARPA Thiago Barros abriu a reunião agradecendo a presença de todos e destacou que a partir de agora o comitê do programa inicia a transição para um modelo de governança definido pelo novo Decreto 8505/2015, que reformou o Programa. Após rodada de apresentação foi iniciada a reunião com apresentação dos pontos de pauta pelo Sr. Thiago Barros.

**Recomposição do Painel Científico de Aconselhamento - PCA**

5. Sr. Thiago Barros informou que foi lançada uma chamada pública para seleção de especialistas para compor o Painel Científico de Aconselhamento do Programa ARPA. Destacou que esse grupo desenvolve discussões técnicas e assessora o Comitê do Programa (CP) em algumas deliberações. A referida chamada teve como objetivo recompor o PCA em relação as vagas das áreas de efetividade de gestão, mudanças climáticas e aspectos socioambientais. Esclareceu que foram

recebidos diversos currículos para cada uma dessas áreas temáticas, e todos os currículos recebidos foram enviados aos membros do CP para apreciação e votação, cujo resultado compõe o Anexo 2 desta Ata. Com isso, **passam a compor o PCA: (Marcelo Gonçalves para área de Efetividade de Gestão; Eraldo Matricardi para área de Mudanças Climáticas; Therezinha Praxe para área de Aspectos Socioambientais).** Os membros do CP decidiram por convidar a Sra. Daniela Oliveira para acompanhar também as discussões do painel científico como especialista convidada para área de efetividade de gestão, em função da reduzida diferença no número de votos recebidos em relação ao candidato mais votado e do histórico de contribuição ao longo do Programa.

### **Análise de propostas de apoio a criação de UCs**

6. Em relação as metas de criação, Sr. Thiago Barros destacou que o Programa ARPA tem em sua fase II a meta de criação de 13,5 milhões de hectares, e em sua fase III de 6 milhões de hectares. Afirmou que o nível de cumprimento das metas ainda é reduzido, e que atualmente o Programa apoia 14 processos de criação. Informou que foi lançada em fevereiro do corrente ano chamada pública para apoio a novos processos de criação de UCs, os quais, em função da desmobilização do PCA, não puderam ter as análises técnicas continuadas. Esclareceu que, conforme encaminhamento da reunião do CP realizada em agosto de 2015, as 3 propostas estaduais de Roraima foram analisadas tecnicamente pelo Departamento de Áreas Protegidas, que considerou as propostas tecnicamente viáveis, na medida em que elas podem trazer melhorias à conservação da biodiversidade e à qualidade de vida das comunidades locais. Outro ponto avaliado em relação a essas 3 propostas é a existência de um Decreto Federal (6754/2009) que trata da destinação dessas áreas da União para o Estado de Roraima, para criação de UCs, definindo algumas condicionantes e criando um Grupo de Trabalho para tanto. Informou ainda, que nesse sentido o ICMBio foi consultado, o qual indicou que as áreas propostas para criação coincidem com as áreas anteriormente estudadas pelo órgão federal, e que a continuidade de ações é desejável.

7. Sr. Marcelo Nunes (IAC/RR) acrescentou que as propostas apresentadas pelo estado de Roraima não consistem em um desmembramento da APA Baixo Rio Branco, mas na recategorização de toda essa área.

8. Sr. Fabiano Silva (FVA) apresentou preocupação em relação aos referidos processos de criação, especialmente em relação ao desenho das UCs, visto que criar uma UC juntando comunidades do Rio Jauaperi, e comunidades do Rio Branco pode inviabilizar a efetividade das mesmas, em função de conflitos sociais. Destacou que reconhece o esforço do estado para criação da UC, mas que é extremamente reticente quanto ao desenho das áreas, o qual acredita que deve evoluir para um desenho que compatibilize as lógicas de comunicação e de interação das comunidades

residentes. Colocou-se à disposição para colaborar na mediação.

9. Sra. Lilian Hangae (ICMBio) esclareceu que o processo de criação de UC para região do baixo Rio Branco segue há cerca de 10 anos no âmbito federal, e que em 2013 ou 2014 algumas comunidades demandaram novamente a criação das UCs. Destacou que o ICMBio está em um processo de negociação com os estados, e no caso específico de Roraima, no âmbito do Terra Legal, vem sendo discutido mais profundamente de modo a conduzir as propostas. Informou que o ICMBio tem repassado para os estados os processos pertinentes, com todas as informações constantes e também atuando como mais um articulador, pois tal transferência pode causar alguns conflitos. Colocou o ICMBio à disposição para o caso de ser necessário prestar algum esclarecimento a essas comunidades.

10. Sr. Juan Carlos Rueda (CNS) também se colocou à disposição para colaborar na criação das UCs estaduais de Roraima, em função da grande demanda e dos reduzidos recursos financeiros.

**11. Os membros do CP aprovaram o apoio do Programa ARPA às propostas de criação apresentadas pelo estado de Roraima, com a recomendação de que no processo de realização dos estudos e demais atividades relacionadas à criação sejam considerados tanto o histórico das comunidades locais, dos estudos já desenvolvidos, quanto a oferta de apoio e parcerias da FVA, do ICMBio e do próprio CNS**

12. Sr. Marcelo Nunes informou que o estado tem feito consultas junto às comunidades da região e que certamente conduzirá um processo de acordo com os anseios, sem tentar atropelar nada que vá prejudicar realmente o desenvolvimento, e, sobretudo, a qualidade de vida e a satisfação das pessoas que lá moram.

13. Em relação às demais propostas de criação o Sr, Thiago Barros informou que uma das propostas foi apresentada pelo Ideflor/PA para a criação de estações ecológicas de nome Cuxiú Preto e Cairara, que ainda não foram analisadas tecnicamente, em função da desmobilização do PCA, mas que conforme análise preliminar foi considerada de área bastante reduzida para os padrões adotados pelo Programa ARPA. Acrescentou que o Programa também recebeu uma proposta do Município de Iranduba/AM para a criação de UCs e estruturação do Sistema Municipal de Unidade de Conservação, que conta atualmente com 34 UCs e totalizam 26.695 hectares. Destacou, que além da reduzida área e da forte pressão, em função da proximidade com o centro urbano de Manaus, um fator a ser considerado é o novo Decreto do ARPA que explicita o apoio do Programa a UCs federais e estaduais.

14. Sr. Juan Carlos Rueda (CNS) questionou se o fato de avaliar proposta de apoio a criação de UC municipais não abriria um precedente em função da limitação imposta pelo novo Decreto.

15. Sr. Thiago Barros esclareceu que tal análise deverá ser realizada no âmbito da SBF,

considerando os aspectos jurídicos, visto que as propostas foram apresentadas antes da publicação do novo Decreto.

**16. Os membros do CP recomendaram que as referidas propostas sejam encaminhadas para avaliação técnica do recém recomposto PCA, e que a proposta municipal seja avaliada pelo MMA sob o ponto de vista jurídico, e que posteriormente, ambas retornem para deliberação do CP.**

#### **Análise de proposta de orçamento para o biênio 2016/2017**

17. Sr. Thiago Barros informou que a fase II possui um saldo de cerca de R\$ 67.000.000,00, sendo parte de recursos do GEF, cujo prazo para execução é outubro de 2016 e do KfW com prazo até dezembro de 2017. Destacou que o desafio é aumentar a execução financeira atrelada a entrega de resultados em termos de metas físicas pactuadas, bem como conciliar os prazos para execução dos recursos. Acrescentou que a fase III também deve apresentar boa execução financeira dos recursos que já foram aportados no Fundo de Transição, que correspondem a aproximadamente R\$ 48.000,00, cujo prazo é dezembro de 2018.

18. Sr. Thiago Barros informou que o Comitê do Fundo de Transição se reuniu em 29 de outubro de 2015 e aprovou orçamento de cerca de R\$ 22.000,00 para financiamento de 35 UCs que executam pela fase III no biênio 2016/2017. Informou que o valor informado acima já considera o corte de cerca de 15% do valor estimado pela modelagem, em função do não cumprimento das condições de desembolso 7 e 8, que tratam do monitoramento da biodiversidade e da criação de novas UCs. Destacou que caso o Programa consiga demonstrar o cumprimento das referidas condições de desembolso, o comitê de doador pode reconsiderar o corte no orçamento.

19. Sr. Thiago Barros esclareceu que, considerando a modelagem de custos, a demanda para financiamento do Programa na fase II seria da ordem de R\$ 95 milhões. Pontuou a necessidade de ajustar o orçamento, a partir do saldo disponível de R\$ 67 milhões. Nesse sentido, apresentou uma proposta de ajuste no orçamento para alguns subcomponentes, indicando que os cortes propostos foram pensados de forma a minimizar o impacto na redução das atividades. Para o componente 2.1 que trata da consolidação, em que o valor estimado de R\$ 70 milhões o corte seria de 50%, visto que ao ser alcançada a execução de R\$ 35 milhões poderá ser realizada a transição dessas UCs para a fase III, para apoio do Fundo de Transição. Ponderou que as atuais taxas de execução estão aquém dos valores propostos. Apresentou ainda uma proposta de corte no componente 2.4 que trata da capacitação, em função da execução deste componente estar atrelada ao oferecimento de cursos na ACADEBIO, que sinalizou apresentar um orçamento reduzido para o próximo período para manutenção dos seus contratos. Outra proposta de corte foi apresentada para o componente 4.4 que

trata do monitoramento do programa, na linha de monitoramento da biodiversidade

20. Sr. Thiago Barros informou que, em relação ao componente 2.2 que trata de modelos de gestão, foram previstos 6,8 milhões para o próximo biênio, que envolve ações em conjunto com o IBAMA e apoio a outros modelos de gestão integrada. Destacou que a ideia é que o IBAMA possa trabalhar tanto no Sul do Amazonas quanto na região da BR 163. Informou ainda que foram realizadas consultas aos Órgão Gestores quanto ao interesse em desenvolver modelos de gestão de áreas protegidas localmente ou regionalmente, para as quais foram recebidas 6 manifestações de interesse. Ressaltou que apesar do contato inicial, será lançada uma chamada pública para apoio a modelos de gestão de áreas protegidas, para que os órgão gestores possam apresentar suas propostas, e com isso serão definidos os recursos e os planos de trabalho.

21. Sra Moara Giasson acrescentou que o apoio às ações de fiscalização do IBAMA visa atuar na cadeia de ilícitos, em ações de inteligência, especialmente na região da Terra do Meio e do sul do Amazonas.

22. Sra Lilian Hangae defendeu a necessidade das ações de comando e controle de forma complementar as ações de gestão da UC. Destacou que o IBAMA terá um corte de recursos no próximo ano, que compromete a segurança e os avanços na gestão das UCs. Destacou que o contexto de reduzidos recursos aproximou o IBAMA e o ICMBio, visto que ambos atuam na mesma região, com foco nas UCs.

23. Sr. José Rubens Gomes (GTA) colocou que o programa ARPA pode ser uma solução temporária, mas que não deve resolver o problema do ponto de vista estruturante. Defendeu que o Estado Brasileiro precisa assumir total responsabilidade

24. Sr. Fabiano Silva expressou sua preocupação com a priorização na alocação dos recursos, defendeu que a gestão integrada no contexto do Programa deve ir além do comando e controle, apesar de reconhecer sua importância.

25. Sr. Luciano Evaristo (IBAMA) apresentou o escopo de trabalho do IBAMA em relação a fiscalização e combate ao desmatamento, com destaque para o impacto dos corte no orçamento da instituição para essas ações.

26. Sr. Thiago Barros acrescentou que o desenvolvimento das ações de fiscalização de forma integrada traria resultados mais positivos. Destacou que o Programa possui um componente específico para fomento a implementação de modelos inovadores de gestão e que a ideia de apoiar as ações do IBAMA são nesse sentido, demonstrando aos financiadores do Programa que os recursos investidos estariam trazendo resultados para a matriz lógica do Programa, para além da redução da taxa de desmatamento. O ARPA seria mais uma alternativa para continuidade das ações do IBAMA.

Propôs um aporte de 5 milhões, que mediante o monitoramento da execução dos componentes do Programa poderia ser complementado a partir de ações que forem descontinuadas, com baixa execução financeira.

27. Sr. Thiago Barros colocou que existe uma falsa sensação de restrição orçamentária, e que em função da baixa execução financeira histórica do Programa, a proposta de orçamento não precisa ser aprovada em última instância, mas pode ser revisada a partir do monitoramento da execução.

28. Sr Fabiano Silva e Sra Rachel Acosta demonstraram sua preocupação com a aplicação de parcela significativa dos recursos destinados à gestão integrada para fiscalização.

29. Sra Lilian Hangae esclareceu que o ICMBio tem competência e o dever de fiscalizar as UCs, e nessa proposta de gestão integrada o escopo de atuação foi ampliado, pois as ações do IBAMA, como demonstrado pelo Sr. Luciano Evaristo ocorrem de forma mais ampla no território. Destacou que a proposta é apresentada pelo ICMBio em parceria com o IBAMA, tendo o ICMBio o dever de acompanhar e garantir que o recurso seja utilizado para melhoria na implementação das UCs.

30. Sr. José Rubens reforçou que não se trata de um repasse de recursos para o IBAMA, mas uma forma de complementar a atuação do ICMBio em linha com os objetivos do Programa.

31. **O Comitê do Programa aprovou o orçamento para o biênio 2016/2017, conforme valores apresentados no ANEXO 3, com possibilidade de realocações a partir do monitoramento da execução.**

32. Sr. Francisco Gaetani (MMA) sugeriu que nesse momento de fechamento do ano e de reestruturação do Comitê do Programa, aqueles que deixarão o Programa encaminhem algumas reflexões, balanços e sugestões, de forma a não perder a experiência acumulada nesse período. Frisou que o desafio maior do ARPA é uma execução inteligente, qualificada, que não é trivial, pois o futuro depende de como a importância das UCs da Amazônia é tratada, tanto para o combate ao desmatamento, quanto para a preservação da biodiversidade e sua exploração em bases sustentáveis. Agradeceu pela colaboração ao longo desses anos e desejou a todos uma boa tarde de trabalho.

### **Adoção do protocolo oficial do Programa para monitoramento da biodiversidade**

33. Sr. Thiago Barros lembrou que o Protocolo proposto para monitoramento da biodiversidade das UCs apoiadas pelo Programa ARPA foi apresentado na reunião do CP de 20 de maio de 2015, e materiais complementares foram encaminhados por e-mail em 15 de setembro de 2015. Acrescentou que o referido protocolo vem sendo implementado no âmbito das UCs federais, sendo que 25 UCs já foram capacitadas para tanto. Destacou que a adoção de um protocolo para monitoramento da conservação da biodiversidade é uma das Condições de Desembolso desta fase III do Programa

ARPA, com implicação sobre o desembolso.

34. Sra Lilian Hangae expressou sua preocupação em relação as UCs que não possuem Plano de Manejo e zoneamento definido, visto que a instalação de parcelas fixas com abertura de trilhas se configura como infraestrutura.

35. Sr. Thiago Barros esclareceu que o Programa ARPA precisa apresentar o planejamento para implementação do protocolo de monitoramento da biodiversidade até dezembro de 2019, que é o horizonte de consolidação, assim ambas questões andariam juntas, o plano de manejo e o protocolo de monitoramento. Destacou que com o Protocolo aprovado pelo Comitê do Programa será possível elaborar o plano de implementação do mesmo.

36. Sra. Rachel Acosta colocou que o monitoramento mínimo é muito importante, em função da padronização, mas defendeu que o componente complementar, que são indicadores definidos localmente tem forte apelo junto às comunidades. Solicitou que o Programa ARPA não se restrinja a implementação dos protocolos mínimos, mas que também estimule a implementação dos complementares.

37. Sr. Thiago Barros esclareceu que a intenção é garantir o protocolo mínimo e então apoiar os protocolos complementares.

**38. O Comitê do Programa aprovou o Protocolo de monitoramento *in situ* da biodiversidade desenvolvido no âmbito da DIBIO/ICMBio como protocolo ARPA.**

### **Discussão sobre a renovação da composição do Comitê do Programa, segundo previsto pelo Decreto nº 8.505/2015**

39. Sr. Thiago Barros atualizou os presentes sobre o andamento do processo de renovação da composição do Comitê do Programa. Informou que o Ministério do Planejamento será possivelmente representado pela Secretaria de Orçamento Federal, e o Ministério da Fazenda, pela Secretaria de Política Econômica, que deve trazer maior visibilidade para o Programa, que é de grande importância para a nossa estratégia de sustentabilidade em longo prazo. Na esfera estadual informou que pensa-se em trabalhar esse caráter rotativo, iniciando pelos estados de maior representatividade em termos de área dentro do programa. Em relação a sociedade civil, informou que o Decreto indica a utilização do Cadastro Nacional Entidades Ambientalistas (CNEA), no qual foram verificadas 44 entidades cadastradas para região Norte, e que **a partir desta listagem do CNEA será aberto um processo de candidatura e manifestação de voto, durante as próximas semanas, juntamente com a entrada em vigor do Decreto em 20 de novembro de 2015.** Acrescentou que durante a mais recente reunião

do Comitê do Fundo de Transição (CFT) foram indicados para representação dos doadores: o WWF/Brasil; a Fundação MOORE e a Anglo American.

40. Sr Fabiano Silva sugeriu, em relação à cadeira das representações de estado, que o critério para rotatividade seja alcance das metas do Programa ou aporte de contrapartida, ao invés de área, que fosse priorizada a eficiência em detrimento de volume.

41. Sr. Thiago Barros acrescentou que na regulamentação do Decreto se busca, inclusive, a participação da comissão de gestores, enquanto membro ouvinte.

42. Sra. Ilana Oliveira (Funbio) apresentou os encaminhamentos adotados pelo Funbio em relação a pontos de melhoria para execução financeira do Programa, conforme indicado nas oficinas de aceleração e demais reuniões de colegiado. Informou que todos os gestores com mesmo perfil de solicitação poderão ajustar as solicitações no sistema; as especificações padrão foram revistas e atualizadas; a equipe de compras está atualizando o cadastro de fornecedores; que foram disponibilizadas as listas de contratações para constar no site do Programa; o Funbio estuda uma forma de disponibilizar os TdRs no sistema cérebro; o fluxo de doação direta foi revisto de forma a tornar o processo mais célere; foram contratados três funcionários para reforço na equipe de compras; o passivo de solicitações de 2012 e 2013 foi resolvido. Solicitou que a implementação destes ajustes seja comunicada a todos os gestores, por meio da Comissão de Gestores e da UCP.

#### **Encerrando a reunião, ficaram os seguintes encaminhamentos:**

- Foram indicados para compor o PCA: Marcelo Gonçalves para área de Efetividade de Gestão; Eraldo Matricardi para área de Mudanças Climáticas; Therezinha Praxe para área de Aspectos Socioambientais;

- A UCP enviará convite para Daniela Oliveira, para acompanhar as discussões do PCA como especialista convidada para área de efetividade de gestão;

- O CP aprovou o apoio do Programa ARPA às propostas de criação apresentadas pelo estado de Roraima, com a recomendação de que no processo de realização dos estudos e demais atividades relacionadas à criação sejam considerados tanto o histórico das comunidades locais, dos estudos já desenvolvidos, quanto a oferta de apoio e parcerias da FVA, do ICMBio e do próprio CNS;

- A UCP deverá encaminhar as propostas de criação de UC apresentadas pelo Ideflor/PA e Iranduba/AM para análise do PCA, sendo que a segunda deverá ainda ser avaliada pelo MMA sob o ponto de vista jurídico. Posteriormente, ambas devem retornar para deliberação do CP;

- O Comitê do Programa aprovou o orçamento para o biênio 2016/2017, conforme valores apresentados no ANEXO 3, com possibilidade de realocação após o monitoramento da execução;

- O Comitê do Programa aprovou o Protocolo de monitoramento *in situ* da biodiversidade



desenvolvido no âmbito da DIBIO/ICMBio como protocolo ARPA.

Brasília, 05 de novembro de 2015.

Membros do Comitê do Programa:

---

Moara Giasson  
DAP/SBF/MMA

---

Thiago Barros  
DAP/SBF/MMA

---

Fabiano Lopez  
FVA

---

Lilian Hangae  
ICMBio

---

Mario Barbosa  
WWF-Brasil

---

Ricardo Fava  
ABEMA- TO

---

Juan Carlos Rueda  
CNS

---

Manoel Serrão  
Funbio

---

José Rubens  
GTA

---

Rachel Acosta  
Comissão de Gestores

**Anexo 1** – Lista de presença

**Anexo 2** – Resultado Chamada Pública Painel Científico de Aconselhamento

**Anexo 3** – Orçamento Plano Operativo 2016/2017.